

Report de **Audiência Pública**

DEPUTADO CÉLIO SILVEIRA
(MDB/GO): **“NOSSA LUTA AQUI,
COMO MÉDICO-LEGISTA, É
PARA INCLUIR A POLÍCIA
TÉCNICO-CIENTÍFICA NO ART.
144, PARA QUE ELA
REALMENTE SEJA UMA
POLÍCIA.”**

*Audiência Pública sobre garantias
processuais penais e de execução
penal na Constituição.*

Destaques

- **Autonomia e reconhecimento da Polícia**

- **Técnico-Científica:**

- A proposta de incluir a Polícia Técnico-Científica no art. 144 da Constituição ganhou destaque como forma de garantir independência funcional e valorização institucional para a categoria. O secretário de Segurança de São Paulo, Guilherme Derrite, declarou ser **“100% favorável à emancipação completa”, defendendo a autonomia para evitar interferências nas investigações e garantir laudos confiáveis.**

- **Integração e ciclo completo de polícia:**

- A adoção do ciclo completo de polícia foi debatida como caminho para aproximar as etapas de patrulhamento e investigação. Ao unificar as funções em uma mesma instituição, o modelo pretende **reduzir a perda de informações** e tornar as **apurações mais rápidas e eficazes**, fortalecendo a integração entre as forças de segurança.

- **Financiamento do sistema nacional de segurança e e política nacional de perícia:**

- A sustentabilidade financeira do sistema de segurança foi tratada como condição para seu aprimoramento técnico. Foram defendidos mecanismos capazes de assegurar previsibilidade orçamentária e manter a perícia como pilar científico do sistema de justiça.

Contexto

A **Comissão Especial sobre Competências Federativas em Segurança Pública (PEC 018/25)** da Câmara dos Deputados realizou, na terça-feira (15), audiência pública sobre **garantias processuais penais e de execução penal na Constituição**. A atividade integra uma série de audiências públicas aprovadas por requerimentos de parlamentares no âmbito da tramitação da [PEC 18/2025](#).

[Íntegra](#)

Autonomia e reconhecimento da Polícia Técnico-Científica

O deputado Célio Silveira (MDB/GO), médico-legista, defendeu que a Polícia Técnico-Científica seja **reconhecida formalmente como uma das polícias constitucionais brasileiras**. Segundo ele, o atual enquadramento institucional, subordinando os institutos de criminalística e medicina legal às estruturas das Polícias Cíveis, **limita a atuação pericial e fragiliza a imparcialidade da produção de provas**. Ele destacou, ainda, que a emancipação **traria maior transparência, responsabilidade técnica e respeito à natureza científica do trabalho pericial**, que difere substancialmente das funções investigativas e repressivas desempenhadas pelas demais corporações.

Em concordância, o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, **declarou-se “100% favorável à emancipação completa da Polícia Técnico-Científica”**, classificando a medida como **“mais do que necessária”**. Ele destacou que a independência da perícia é condição fundamental para **garantir laudos confiáveis e livres de interferência hierárquica ou política**, defendendo que a autonomia inclua **corregedoria própria, gestão administrativa e financeira independente e liberdade em concursos e processos seletivos**.

Integração e ciclo completo de polícia

Lucas Gualtieri, procurador da República do Ministério Público Federal, explicou que o **ciclo completo de polícia** (integração do patrulhamento, investigação e inteligência dentro de uma mesma estrutura institucional), já adotado em outros países, confere **maior agilidade às investigações, eficiência no atendimento ao cidadão e redução de burocracias**. Ele destacou que o **sistema atual**, no qual a polícia ostensiva encerra sua atuação após a apreensão e repassa o caso à polícia judiciária, **sofre com perda de informações e fragmentação das apurações, comprometendo a desarticulação de redes criminosas**.

De acordo com o procurador, o ciclo completo permitiria que a **mesma instituição conduzisse o caso do início ao fim**, preservando o conhecimento acumulado e **fortalecendo a eficiência investigativa**. Ele defendeu que a proposta incluía **parâmetros legais e controle externo externo das atividades policiais pelo Ministério Público**, garantindo *accountability* e **evitando sobreposição de competências**.

Já **Derrite** reconheceu as vantagens do modelo, mas ponderou que antes da discussão sobre o ciclo único, é possível uma integração entre Polícia Militar e Civil mantendo a separação atual. Ele também defendeu a **ampliação do uso do Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)**, registro utilizado para infrações de menor potencial ofensivo.

Financiamento e política nacional de perícia

O tema do financiamento foi debatido como um dos pilares para o **fortalecimento estrutural da segurança pública e da perícia oficial**. O deputado Jorge Solla (PT/BA) destacou que a **sustentabilidade financeira** do sistema é **condição indispensável para seu aprimoramento técnico**, defendendo a **criação de mecanismos permanentes de financiamento** que garantam previsibilidade orçamentária, estabilidade institucional e independência na execução das atividades periciais.

Durante a reunião, foi consenso que o **modelo atual de custeio** — fortemente dependente de repasses irregulares e contingenciáveis — **compromete a capacidade operacional dos órgãos de perícia**. **Derrite** defendeu que o **Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)** e o **Fundo Penitenciário Nacional (Funpen)** contem com **fontes de recursos não sujeitas a contingenciamento fiscal**, assegurando **fluxo contínuo para investimentos** em tecnologia, capacitação e modernização de laboratórios.

O secretário também manifestou preocupação com o **risco de concentração de decisões orçamentárias no Executivo Federal**, alertando que a vinculação dos repasses do FNSP ao cumprimento da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) **pode engessar a autonomia dos es-**

tados. Ele propôs que a **destinação dos recursos respeite as competências constitucionais e as realidades locais**, permitindo que **cada ente federativo direcione parte dos fundos a demandas específicas**, como perícia criminal, medicina legal e balística.

O avanço na **autonomia e na integração da perícia entre os entes federativos** foram apontados como um passo inicial para construção de um ciclo único da polícia, integrando a investigação e ações de inteligência.

Convidados

- **Guilherme Gerrite**, secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo;
- **Lucas Guatieri**, procurador da República do Ministério Público Federal.

RGB **CONSULTORIA**

E-mail: rgb@grupo.com

SHIS QL 12 conj. 15 casa 1

(61) 9 8198 - 8576

